

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

**CONTAS INDIVIDUAIS
(Auditadas)**

Ano 2012

CORTICEIRA AMORIM; S.G.P.S., S.A.
Sociedade Aberta

Capital Social: EUR 133 000 000,00
C.R.C. Sta. Maria da Feira
NIPC e Matrícula n.º: PT 500 077 797

Edifício Amorim I
Rua de Meladas, n.º 380
Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR
PORTUGAL

Tel.: 22 747 54 00
Fax: 22 747 54 07

Internet: www.corticeiraamorim.com
E-mail: corticeira.amorim@amorim.com

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA EM 2012

1.1. Apreciação Global

Apesar do abrandamento do ritmo de crescimento global em 2012, o Produto Interno Bruto mundial ainda registou um incremento de 3,2% (vs. 3,9% em 2011), em grande parte impulsionado por políticas monetárias acomodáticas. De facto, foram os bancos centrais que assumiram o ónus de estimular as economias não só através da manutenção das taxas de juro de referência em níveis muito baixos, mas também implementando medidas não-ortodoxas com o objectivo de baixar o custo do dinheiro em mercados específicos, ou em determinadas categorias de aforradores, ou mesmo na intermediação financeira em geral. Neste aspecto, 2012 não foi diferente de 2011, pautando-se mesmo, em algumas economias, pelo acelerar da expansão monetária. A China, e algumas das economias do Sudeste Asiático terão, porventura, marcado a diferença face a esta actuação concertada – os riscos inflacionistas relacionados com a componente alimentar terão justificado actuações prudentiais. O Comércio Internacional terá evoluído à taxa de 2,8%, um ritmo claramente inferior ao testemunhado no ano anterior.

Na **Zona Euro**, a crise soberana intensificou-se e provocou uma contracção do Produto Interno Bruto estimada de 0,5%. Em nenhum trimestre de 2012 foi testemunhado crescimento. Com efeito, as políticas fiscais restritivas, o aumento do desemprego, a desalavancagem, as restrições na concessão de crédito e as saídas de capital para os países com menor risco, contribuíram para o aprofundar da recessão nos países do Sul, ao mesmo tempo que dificultaram, pela instabilidade, o crescimento nas economias do Norte. De forma a afastar cenários mais extremos, os governos europeus tomaram medidas importantes, como a criação do Mecanismo de Europeu de Estabilidade (MEE), que teve como finalidade garantir a solvência financeira dos países da Zona Euro. Destaque para a postura do BCE na estabilização das expectativas e na alteração do sentimento e confiança dos agentes económicos, sobretudo para a actuação a partir de Julho do ano transacto que permitiu anular os designados *tail-risks*, nomeadamente o risco de desagregação da UEM. A economia **Norte Americana** sofreu um arrefecimento significativo nos últimos três meses do ano, tendo registado, estima-se, um crescimento na ordem dos 2,3% em 2012. Ainda assim, um desempenho positivo se comparado com os 1,8% registados em 2011. Em face dos receios gerados pelo aproximar do designado *fiscal cliff*, o desempenho da variável *Investimento* mostrou-se assinalável, incrementando a uma taxa de 7,7%, que compara com 3,4% no ano transacto. De destacar ainda o progresso na desalavancagem da economia, a estabilização do mercado imobiliário – ainda que em níveis baixos - e a contínua criação de Emprego. A taxa de desemprego iniciou o ano a 8,5% e terminou a 7,8%, uma evolução positiva mas aquém das metas da Reserva Federal.

Na Ásia, a **China**, muito dependente das exportações, foi afectada pelo contexto global e pela passagem de testemunho político. Terá crescido 7,8%, o ritmo mais fraco desde 1999. A economia do **Japão**, ainda a recuperar das consequências estruturais do terramoto e do *tsunami* de Março de 2011, perdeu fôlego a partir do segundo trimestre do ano, entrando em recessão técnica, o que terá contribuído para, estima-se, um crescimento marginalmente inferior a 2,0%. A suportar a actividade económica esteve essencialmente o Investimento e Consumo Públicos. Durante o ano, a economia da **América Latina e Caraíbas** progrediu apenas 3,0% devido, em parte, à baixa procura em resultado duma economia global mais fraca. No **Brasil**, o crescimento económico não terá avançado muito além de 1,0%.

1.2. Portugal

Ao longo de 2012, Portugal continuou a debater-se para ganhar credibilidade nos mercados financeiros através da execução de um programa austero de ajustamento imposto pelo Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) assinado em Maio de 2011 com a *Troika*. A consolidação fiscal foi o objectivo. O prémio de risco-país evoluiu positivamente ao longo do ano; ainda assim, observou-se uma deterioração da posição cíclica da economia portuguesa, tendo o Produto Interno Bruto registado, estima-se, uma queda de 3,2%, em termos reais. As variações negativas trimestrais e homólogas foram sucessivamente mais acentuadas ao longo do exercício, com especial ênfase para os três meses finais do ano. A contracção do Produto foi a mais acentuada desde a década de 70 do século passado.

A Procura Interna deverá ter tido um contributo negativo de sete pontos percentuais, mas a Procura Externa Líquida impediu uma queda mais pronunciada da actividade económica, com as Exportações a crescerem a uma taxa de 5,8%, apesar do ambiente adverso. Esta evolução positiva ficou a dever-se ao esforço na diversificação geográfica das Exportações Portuguesas para regiões com ritmo de crescimento elevado, mercados de maior dimensão comparativa ou países com ligações históricas a Portugal, nomeadamente os PALOP. A forte redução nos custos unitários de trabalho terá sido também um dos factores subjacentes ao bom comportamento das exportações, reforçando a competitividade externa. O Investimento manteve uma trajectória de queda acentuada, tendo alcançado, em volume, valores mínimos desde 1995. Ainda assim, considerando os dados da actividade relativos ao desempenho na fase final do exercício, esta componente terá registado uma contracção inferior ao esperado, em torno de -14%. O Consumo Privado terá contraído próximo de 5,5%, acentuando o ritmo de ajustamento que vinha do ano anterior, fruto da forte revisão em baixa de expectativas dos agentes económicos, das dificuldades de financiamento e da própria diminuição do rendimento disponível.

As necessidades líquidas de financiamento externo da economia, medidas pelos saldos das Balanças Corrente e de Capital, terão registado acentuada redução durante o ano, sendo expectável que tenham atingido um valor apenas marginalmente negativo. A Balança Comercial terá atingido um *superavit*.

O Desemprego terá aumentado de uma taxa de 14% no final de 2011 para um máximo histórico próximo de 17% no último trimestre de 2012. Em média, atingiu 15,7% em 2012, um valor anual que representa um máximo histórico. A Inflação, evidenciando, por um lado, o fim dos efeitos das alterações fiscais sobre preços e a contracção da actividade económica, por outro, terá seguido tendência descendente terminando o ano em torno de 2,0%.

1. ACTIVIDADE DO GRUPO CORTICEIRA AMORIM

1.1. Sumário da Actividade

A segunda metade de 2012, desenrolou-se num cenário inverso ao registado no semestre homólogo do exercício anterior. A forte instabilidade nos mercados financeiros de então, deu lugar a uma melhoria significativa no funcionamento dos mesmos durante a última metade de 2012. As declarações de suporte ao Euro proferidas pelo novo presidente do BCE, vieram trazer a dose certa de confiança que os mercados necessitavam. E, no entanto, em termos económicos a situação desenvolveu-se ao invés. O crescimento, embora anémico, do segundo semestre de 2011, transformou-se em descidas generalizadas por toda a Europa um ano depois. A degradação dos indicadores de confiança, o adiamento de investimentos por parte das empresas e a quebra do consumo, conduziu a quedas reais do crescimento económico em praticamente todas as economias europeias, Alemanha inclusivé.

Sabendo-se que o espaço económico europeu ainda representa cerca de 60% das vendas da CORTICEIRA AMORIM, a recessão registada durante o segundo semestre, e em especial durante a parte final do ano, não poderia deixar de afectar o seu desempenho. E esse impacto só não teve consequências graves para a CORTICEIRA AMORIM porque

esta tem mantido o ritmo de ganhos de quota nos mercados europeus, e, ao mesmo tempo, expandido o seu negócio por geografias não afectadas pelo vírus europeu.

O crescimento do consumo de vinho nestes novos mercados tem sido uma constante ao longo dos últimos anos, o que tem mais que compensado a quebra de consumo europeu. De realçar a importância crescente do mercado estado-unidense. Uma verdadeira revolução nos hábitos de consumo aconteceu nos últimos anos, transformando os Estados Unidos no maior mercado mundial de vinho. E, para a CORTICEIRA AMORIM, este é também o maior mercado país para o conjunto dos seus produtos. Com efeito, das Rolhas e Revestimentos, aos Aglomerados Compósitos, os Estados Unidos passaram a estar nos primeiros lugares de destino das suas vendas.

O crescimento das vendas da CORTICEIRA AMORIM não se tem verificado somente pelos ganhos de quota nas rolhas, ganhos que se verificaram não só nas rolhas de cortiça, mas também nas rolhas alternativas, em especial devido à continuada quebra de vendas das rolhas de plástico. Novas aplicações de cortiça têm surgido todos os anos. A sua materialização em vendas, quer pela criação de novos mercados, quer pela substituição de outras aplicações, exige investimento e perseverança. O exercício de 2012, tem já a sua quota-parte de vendas de novos produtos e aplicações, conforme explanado na exposição da actividade das UN.

Todas as Unidades de Negócio (UN) registaram crescimentos nas suas vendas. A mais pequena UN, Isolamentos, foi a que apresentou uma menor subida, cerca de 2,3%, conseguindo recuperar de um início de ano bastante penalizador. A UN Matérias-Primas apresentou uma subida significativa das vendas para a cadeia de valor do Grupo (+15%), em consequência da laboração de uma maior quantidade de cortiça resultante da campanha de 2011. Nos Revestimentos, o destaque vai para as vendas de produtos fabricados, os quais cresceram 7,4%. Nos Aglomerados Compósitos, as vendas para clientes exteriores ao Grupo tiveram também uma subida de assinalar (+6,3%). Por último, há a destacar o crescimento de 9,4% das Rolhas (+3,8% retirando o efeito Trefinos).

Um aumento de vendas bastante superior ao dos custos operacionais, conduziu a uma nova melhoria no rácio EBITDA/Vendas. Pela primeira vez, num exercício completo, este rácio ultrapassa os 15%, tendo atingido os 15,4% (2011: 14,6%). O valor do EBITDA elevou-se aos 82,5 M€, uma variação de 13,8% face aos 72,4 M€ registados em 2011.

1.2. Indicadores da Actividade

O exercício de 2012, foi o terceiro exercício consecutivo de crescimento de vendas e de resultados. Com efeito, após a quebra registada no segundo semestre 2008 e primeiro semestre 2009, consequência da Grande Recessão mundial ocorrida, o desempenho da CORTICEIRA AMORIM tem registado melhorias contínuas nos seus indicadores chave.

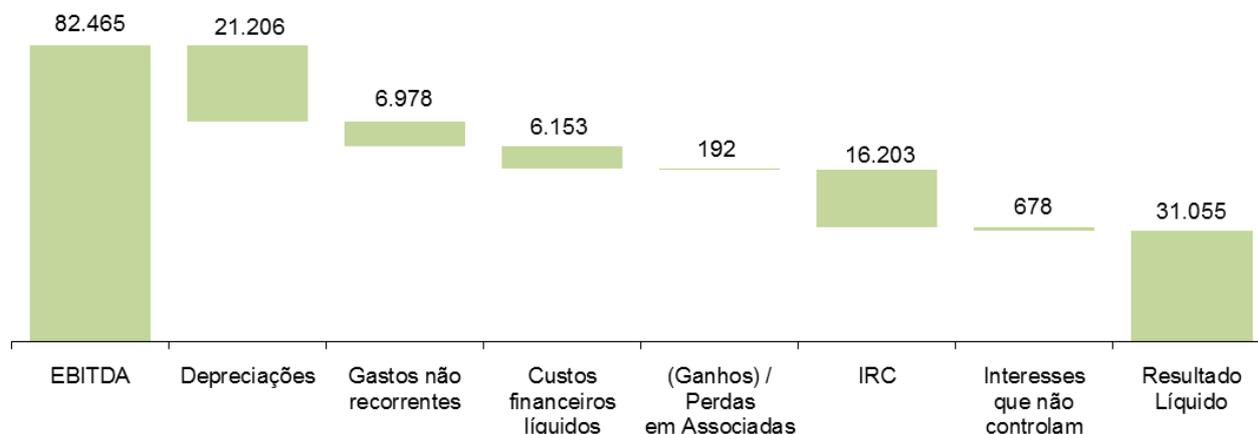
Há doze trimestres consecutivos que as vendas apresentam crescimento:

Período	Crescimento das Vendas
4T12/4T11	9,6% a)
3T12/3T11	6,4% b)
2T12/2T11	7,0%
1T12/1T11	9,0%
4T11/4T10	4,8%
3T11/3T10	9,9%
2T11/2T10	13,0%
1T11/1T10	6,3%
4T10/4T09	10,2%
3T10/3T09	11,5%
2T10/2T09	7,7%
1T10/1T09	10,9%
4T09/4T08	-3,8%

a) comparável 2,6%

b) comparável 0%

Em termos de resultados líquidos (consolidados), o valor atribuível aos accionistas da CORTICEIRA AMORIM atingiu os 31,055 M€, um crescimento de 22,9% em relação ao valor de 25,274 M€ registados no exercício de 2011.



(Valores em milhares de euros)

2. CONTA DE RESULTADOS

Não tendo havido alterações materiais nas funções da Holding, os custos de estrutura mantiveram-se sensivelmente iguais aos dos últimos exercícios (1,7M€), não tendo também havido praticamente variação nas suas rubricas constituintes (Pessoal e Serviços externos). Há, contudo, a assinalar a variação da rubrica de Outros gastos, por via do aumento do valor registado em donativos (324 mil euros).

O total de custos antes da função financeira elevou-se aos 2,2 M€ (2011: 1,7 M€).

Durante o segundo semestre começou a assistir-se a uma tendência de descida dos spreads nos financiamentos. A conjugação deste factor com a variação positiva do justo valor do swap conduziu a uma nova melhoria do valor da função financeira (2012: +311 K€; 2011: +53 K€).

Após o registo da estimativa de imposto sobre o rendimento de +344 K€, o resultado líquido atingiu os -1511 K€ (2011: -1080 K€).

3. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

O total do activo atingiu o valor de 353 M€, uma diminuição de cerca de 11 M€ em relação ao fecho de 2011. A variação nos saldos com as empresas do Grupo (+4 M€), bem como a descida de cerca de 15 M€ nas aplicações financeiras, justificam aquela variação.

O passivo teve um comportamento inverso, tendo aumentado em cerca de 11 M€, praticamente justificado pela subida da dívida bancária. Com efeito esta rubrica do passivo teve um aumento de quase 9 M€, o qual, contudo, e conforme referido atrás, foi inferior á diminuição das aplicações financeiras.

Para além do valor referente aos resultados do exercício, os Capitais Próprios foram afectados pela distribuição de 20,2 M€ de dividendos e pelo registo de 0,9 M€ relativos à compra de acções próprias.

4. PERSPECTIVAS FUTURAS

4.1. Envolvente macroeconómica

4.1.1. Apreciação Global

A **Economia Mundial** deverá registar em 2013 um crescimento acima do ano anterior - estima-se que cresça 3,5%, um ligeiro incremento face aos 3,2% registados em 2012 mas, ainda assim, aquém do observado em 2011. Este valor representa uma revisão marginal face ao previsto pelo FMI em Outubro 2012. Tal como mencionado na reunião recente do G20, “graças às medidas adoptadas nos Estados Unidos, Europa e Japão e à estabilidade da economia chinesa, os principais riscos para a economia mundial diminuirão”. Ainda assim, observa-se um contexto de crescimento débil e aumento notório do desemprego. O volume do Comércio Internacional, segundo previsões do FMI, deverá registar um incremento de 3,8%, evidenciando uma evolução mais forte do que no ano transacto. Não obstante, traduz um ajustamento descendente face à perspectiva prevalecente em Outubro passado.

As medidas anunciadas e/ou implementadas pelas autoridades monetárias mundiais, nomeadamente políticas monetárias ultra-acomodatórias e mecanismos excepcionais como o OMT – Outright Monetary Transactions, europeu, baixaram o risco da **Zona Euro** e suportaram os **Estados Unidos da América**. E contudo, os efeitos da consolidação fiscal simultânea em todos os membros da União Económica e Monetária fazem prever que esta venha a contrair 0,2% em 2013, enquanto os Estados Unidos, fruto das expectativas negativas que subsistem em face da não resolução do *Fiscal Cliff*, deverão abrandar para os 2,0%. O crescimento será limitado na primeira metade do ano, avançando, estima-se, para um valor acima da tendência de médio-longo prazo. A recuperação do mercado imobiliário deverá caracterizar o exercício. No **Japão**, as perspectivas de crescimento não se alteraram face às perspectivas iniciais do FMI em Outubro passado, apesar do abrandamento económico entretanto registado pela economia nipónica. As previsões apontam para um crescimento moderado em 2013, em torno de 1,2% - reagindo aos estímulos introduzidos com o regresso do partido Conservador ao poder, nomeadamente a implementação de políticas pelo Banco do Japão para assegurar uma meta de inflação de 2,0% e a insistência na desvalorização do iene. O crescimento da **China** deverá acelerar novamente, com a economia a obter retorno das medidas expansionistas adoptadas, do reforço de investimentos em infra-estruturas e das reformas no sistema financeiro, orçamental e fiscal. O desafio primordial decorrerá do rebalanceamento do crescimento da economia para a Procura Doméstica. Estima-se um crescimento de 8,2%. O **Brasil** deverá crescer acima do referencial de 2012 ainda que as previsões estejam a ser revistas em baixa. A evolução da inflação, e os constrangimentos a nível da Oferta poderão colocar em causa a perspectiva de um crescimento em torno de 3,5%. As Economias Emergentes deverão apresentar um crescimento em torno de 5,5% beneficiando de medidas de suporte mas padecendo dos efeitos negativos a nível da procura externa proveniente das Economias Desenvolvidas.

Mantendo-se o contexto actual, e não havendo deterioração nas condições financeiras, é possível que a projecção para o crescimento económico Mundial seja revista em alta. Mas, em sentido inverso, há ameaças a considerar como o ajuste orçamental nos Estados Unidos da América, as eleições em Itália e Alemanha, a situação política e económica da Grécia, o risco de degradação da confiança dos agentes económicos quanto à capacidade da Zona Euro superar definitivamente a crise da dívida soberana, a possibilidade de aumento do preço das matérias-primas (nomeadamente os bens energéticos) e o risco de arrefecimento do comércio internacional. O correcto equilíbrio entre a necessidade de reforma do sector financeiro nas Economias Avançadas, essencial para diminuir os riscos do sistema, e a consolidação fiscal duradoura nessas mesmas Economias constitui um desafio em 2013.

4.1.2. Portugal

A acentuada consolidação fiscal, a manutenção da desalavancagem do sector bancário, o ajuste das expectativas dos agentes económicos e o enfraquecimento da Procura Externa deverão manter o país mergulhado numa recessão durante o presente ano. As perspectivas apontam para uma queda do Produto Interno Bruto na ordem dos 1,9%, em 2013 mas, em face dos dados relativos aos últimos três meses de 2012, as mesmas poderão vir a ser revistas em baixa (maior contracção) a breve trecho. A contracção económica, pelo terceiro ano consecutivo, ocorrerá no contexto de ajustamentos efectuados no quadro do Programa de Assistência Económica e Financeira. Este processo tem-se traduzido numa redução significativa da Procura Interna Pública e Privada e que deverá atingir cerca de 17%, em termos acumulados, no período 2011-2013.

Não se antevêm muitos factores que suportem a actividade durante 2013 e a economia deverá continuar com o processo de ajustamento, nomeadamente adoptando um perfil de crescimento progressivamente mais assente em sectores de bens transaccionáveis. Os custos de financiamento para novos créditos continuarão elevados, ainda que inferiores aos observados em 2012, e a melhoria da competitividade deverá contribuir para que o défice da conta corrente seja eliminado durante o ano.

Os riscos para o cenário macroeconómico mantêm-se, com o país a estar fortemente exposto às vicissitudes da Zona Euro e, particularmente, da vizinha Espanha. As Exportações Líquidas são a única fonte de crescimento – comprometendo esta componente do PIB, a evolução será, receia-se, ainda mais negativa.

Salienta-se a importância de garantir a manutenção da tendência de melhoria das condições de financiamento externas. A esse propósito, ganha contornos críticos a abordagem do IGCP ao mercado de dívida, procurando o regresso pleno aos mercados de financiamento internacionais e a reconstrução da curva de dívida Portuguesa. Os passos recentemente dados foram positivos mas insuficientes.

Em face da tendência, dos valores divulgados para o último trimestre de 2012, e do carácter *lagging* do Desemprego, esta variável deverá manter-se em níveis historicamente altos e com tendência de agravamento ao longo de 2013. Receia-se que venha a superar os 16,4% estimados pelas autoridades portuguesas. Segundo o FMI, o desemprego estrutural deverá atingir 14% em virtude do ajustamento rápido e acentuado que a economia está a sofrer seja pelo lado cíclico seja pelo estrutural. A inflação deverá registar, antecipa-se, um valor inferior ao de 2012.

7

4.2. Resultados

Estando previsto a distribuição de dividendos de participadas, os quais deverão compensar os custos de estrutura e o saldo de financiamento, prevê-se que o exercício de 2013 possa terminar com um resultado positivo.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta que o resultado líquido apurado segundo as contas sociais, no final do exercício de 2012, é negativo no valor de € 1.510.902,91 (um milhão, quinhentos e dez mil, novecentos e dois euros e noventa e um cêntimos) e a existência de reservas distribuíveis no montante de € 47.992.551,39 (quarenta e sete milhões, novecentos e noventa e dois mil, quinhentos e cinquenta e um euros e trinta e nove cêntimos),

Propõe,

Que os Senhores Accionista deliberem aprovar:

1. que o referido resultado líquido negativo, no valor de € 1.510.902,91 (um milhão, quinhentos e dez mil, novecentos e dois euros e noventa e um cêntimos), seja transferido para a conta “Resultados Transitados”.
2. que seja distribuído como dividendos, o montante de € 13.300.000,00 (treze milhões e trezentos mil euros), parte do existente na rubrica “Reservas Livres”, a que corresponde a um valor de € 0,10 (dez cêntimos) por acção.

6. EVENTOS SUBSEQUENTES

Posteriormente a 31 de Dezembro de 2012 e até à data do presente relatório, não ocorreram outros factos relevantes que venham a afectar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da CORTICEIRA AMORIM e do conjunto das empresas filiais incluídas na consolidação.

7. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo o referido relatório um capítulo especial onde se expõem os principais riscos e incertezas do negócio.

8

8. FECHO DO RELATÓRIO

O Conselho de Administração aproveita esta oportunidade para expressar o seu reconhecimento:

- aos Accionistas e Investidores, pela confiança inequívoca que têm manifestado;
- às Instituições de Crédito, pela importante colaboração prestada; e
- ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pelo rigor e qualidade da sua actuação.

A todos os Colaboradores, cuja disponibilidade e empenho tanto têm contribuído para o desenvolvimento e crescimento das empresas participadas pela CORTICEIRA AMORIM, aqui lhes manifestamos o nosso sentido apreço.

Mozelos, 18 de Fevereiro de 2013

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

António Rios de Amorim
Presidente

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira
Vice-Presidente

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Vogal

Cristina Rios de Amorim Baptista
Vogal

Juan Ginesta Viñas
Vogal

Jorge Manuel Seabra de Freitas
Vogal

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

1 – VALORES MOBILIÁRIOS PRÓPRIOS

No exercício em apreço, a CORTICEIRA AMORIM adquiriu, em várias sessões de bolsa, 596 000 acções, correspondentes a 0,448% do respectivo capital social, ao preço médio de 1,544 €/acção, totalizando estas transacções 920 890,38 euros, conforme quadro discriminativo seguinte:

08-10-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 1000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
1.000	1,42	1.420,00				
09-10-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 1500 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
6	1,43	8,58	173	1,44	249,12	
1.321	1,43	1.889,03				
10-10-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 2000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
1.000	1,45	1.450,00	1	1,45	1,45	
550	1,44	792,00				
449	1,45	651,05				
11-10-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 5000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
899	1,47	1.321,53	501	1,48	741,48	
940	1,47	1.381,80	1.859	1,47	2.732,73	
161	1,48	238,28	141	1,48	208,68	
499	1,47	733,53				
12-10-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 7000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
5.301	1,45	7.686,45	1.326	1,48	1.962,48	
373	1,48	552,04				
16-10-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 3000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
477	1,50	715,50	23	1,51	34,73	
2.500	1,50	3.750,00				
17-10-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 3000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
3.000	1,51	4.530,00				

18-10-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 3000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
2.774	1,51	4.188,74	46	1,52	69,92	
180	1,52	273,60				
19-10-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 3000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
702	1,50	1.053,00				
2.298	1,51	3.469,98				
22-10-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 3000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
3.000	1,51	4.530,00				
23-10-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 13 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
2.000	1,50	3.000,00	5.000	1,51	7.550,00	
100	1,51	151,00	4.439	1,52	6.747,28	
900	1,52	1.368,00				
561	1,53	858,33				
24-10-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 3000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
3.000	1,51	4.530,00				
25-10-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 9000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
967	1,51	1.460,17	2.000	1,51	3.020,00	
2.033	1,51	3.069,83	1.000	1,51	1.510,00	
1.000	1,51	1.510,00				
2.000	1,51	3.020,00				
26-10-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 3000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
1.000	1,51	1.510,00				
2.000	1,51	3.020,00				
08-11-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 9000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
2.499	1,49	3.723,51	500	1,49	745,00	
149	1,49	222,01	2.125	1,50	3.187,50	
352	1,49	524,48	875	1,50	1.312,50	
2.500	1,49	3.725,00				

09-11-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 12 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
2.125	1,50	3.187,50	1.000	1,50	1.500,00	
875	1,50	1.312,50	2.000	1,50	3.000,00	
125	1,50	187,50	125	1,50	187,50	
199	1,50	298,50	1.000	1,50	1.500,00	
2.125	1,50	3.187,50	1.875	1,50	2.812,50	
551	1,50	826,50				

12-11-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 12 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
1.890	1,50	2.835,00	1.000	1,50	1.500,00	
1.000	1,50	1.500,00	2.000	1,50	3.000,00	
110	1,50	165,00	1.000	1,50	1.500,00	
2.000	1,50	3.000,00	2.000	1,50	3.000,00	
1.000	1,50	1.500,00				

13-11-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 12 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
1.000	1,50	1.500,00	1.839	1,50	2.758,50	
2.000	1,50	3.000,00	195	1,49	290,55	
1.000	1,50	1.500,00	1.000	1,50	1.500,00	
100	1,50	150,00	104	1,50	156,00	
1.900	1,50	2.850,00	1.000	1,50	1.500,00	
1.000	1,50	1.500,00	701	1,50	1.051,50	
161	1,50	241,50				

14-11-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 9000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
1.250	1,52	1.900,00	139	1,52	211,28	
100	1,52	152,00	150	1,52	228,00	
148	1,52	224,96	345	1,52	524,40	
1.502	1,52	2.283,04	118	1,52	179,36	
998	1,52	1.516,96	2.500	1,52	3.800,00	
1.250	1,52	1.900,00				
500	1,52	760,00				

15-11-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 6000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
750	1,52	1.140,00	1.250	1,52	1.900,00	
2.250	1,52	3.420,00	1.500	1,52	2.280,00	
250	1,52	380,00				

16-11-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 52 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
250	1,52	380,00	2.500	1,52	3.800,00	
2.500	1,52	3.800,00	1.250	1,52	1.900,00	
250	1,52	380,00	166	1,52	252,32	
1.250	1,52	1.900,00	1.271	1,52	1.931,92	
1.750	1,52	2.660,00	2.111	1,52	3.208,72	
650	1,50	975,00	1.250	1,52	1.900,00	
750	1,52	1.140,00	6.639	1,52	10.091,28	
1.250	1,52	1.900,00	1.250	1,52	1.900,00	
350	1,52	532,00	3.750	1,52	5.700,00	
15.000	1,52	22.800,00	611	1,52	928,72	
4.650	1,52	7.068,00	2.389	1,53	3.655,17	
163	1,52	247,76				
19-11-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 6000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
402	1,53	615,06	280	1,54	431,20	
5.060	1,53	7.741,80				
258	1,54	397,32				
20-11-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 26 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
1.742	1,54	2.682,68	1.783	1,53	2.727,99	
61	1,54	93,94	7.217	1,53	11.042,01	
4.197	1,54	6.463,38	1.250	1,54	1.925,00	
840	1,52	1.276,80	635	1,54	977,90	
7.377	1,52	11.213,04				
898	1,54	1.382,92				
21-11-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 28 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
435	1,54	669,90	635	1,54	977,90	
2.000	1,54	3.080,00	2.000	1,54	3.080,00	
84	1,54	129,36	1.500	1,54	2.310,00	
3.481	1,54	5.360,74	1.865	1,54	2.872,10	
635	1,54	977,90	414	1,54	637,56	
2.000	1,54	3.080,00	2.000	1,54	3.080,00	
165	1,54	254,10	1.500	1,54	2.310,00	
1.500	1,54	2.310,00	6.086	1,54	9.372,44	
1.700	1,54	2.618,00				

22-11-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 18 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
1.500	1,54	2.310,00	515	1,55	798,25	
2.000	1,54	3.080,00	2.500	1,55	3.875,00	
2.500	1,54	3.850,00	250	1,55	387,50	
1.500	1,54	2.310,00	1.882	1,55	2.917,10	
1.015	1,54	1.563,10	348	1,55	539,40	
2.000	1,54	3.080,00	260	1,55	403,00	
1.485	1,55	2.301,75				
245	1,56	382,20				

23-11-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 6000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
1.500	1,58	2.370,00				
4.500	1,58	7.110,00				

06-12-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 5000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
1.000	1,54	1.540,00	958	1,56	1.494,48	
119	1,55	184,45	1.000	1,56	1.560,00	
921	1,55	1.427,55	949	1,56	1.480,44	
53	1,55	82,15				

07-12-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 5000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
551	1,56	859,56	2.449	1,56	3.820,44	
2.000	1,56	3.120,00				

10-12-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 25 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
2.000	1,56	3.120,00	1.870	1,56	2.917,20	
3.000	1,56	4.680,00	130	1,56	202,80	
1.000	1,56	1.560,00	1.000	1,57	1.570,00	
4.000	1,56	6.240,00	1.000	1,57	1.570,00	
4.130	1,56	6.442,80	642	1,58	1.014,36	
2.000	1,56	3.120,00	1.000	1,58	1.580,00	
2.000	1,56	3.120,00	1.228	1,58	1.940,24	

11-12-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 11 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
914	1,58	1.444,12	3.244	1,58	5.125,52	
200	1,58	316,00	5.900	1,56	9.204,00	
642	1,58	1.014,36	100	1,58	158,00	

12-12-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 11 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
1.950	1,57	3.061,50	84	1,57	131,88	
2.000	1,57	3.140,00	542	1,58	856,36	
929	1,57	1.458,53	2.500	1,58	3.950,00	
1.121	1,57	1.759,97	1.325	1,58	2.093,50	
549	1,57	861,93				
13-12-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 15 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
274	1,58	432,92	4.000	1,57	6.280,00	
642	1,58	1.014,36	1.000	1,57	1.570,00	
2.500	1,58	3.950,00	1.999	1,57	3.138,43	
1.584	1,58	2.502,72	2.001	1,58	3.161,58	
1.000	1,57	1.570,00				
14-12-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 10 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
96	1,56	149,76	3.249	1,58	5.133,42	
1.655	1,57	2.598,35	5.000	1,58	7.900,00	
17-12-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 6000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
6.000	1,56	9.360,00				
18-12-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 18 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
6.000	1,56	9.360,00	4.120	1,56	6.427,20	
3.800	1,56	5.928,00	500	1,56	780,00	
2.200	1,56	3.432,00	1.380	1,56	2.152,80	
19-12-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 45 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
10.000	1,55	15.500,00	4.033	1,54	6.210,82	
10.000	1,55	15.500,00	3.000	1,54	4.620,00	
7.000	1,54	10.780,00	599	1,54	922,46	
3.967	1,54	6.109,18	6.401	1,55	9.921,55	
20-12-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 40 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
501	1,54	771,54	623	1,55	965,65	
9.499	1,55	14.723,45	4.127	1,55	6.396,85	
15.000	1,55	23.250,00	2.334	1,55	3.617,70	
250	1,52	380,00	7.666	1,55	11.882,30	

21-12-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 20 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
1.830	1,54	2.818,20	1.300	1,55	2.015,00	
6.234	1,55	9.662,70	3.968	1,56	6.190,08	
1.315	1,55	2.038,25	353	1,55	547,15	
353	1,55	547,15	4.647	1,56	7.249,32	

27-12-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 30 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
6.525	1,56	10.179,00	727	1,57	1.141,39	
3.475	1,56	5.421,00	1.000	1,58	1.580,00	
6.525	1,56	10.179,00	319	1,58	504,02	
1.149	1,56	1.792,44	2.000	1,58	3.160,00	
2.326	1,56	3.628,56	5.954	1,58	9.407,32	

28-12-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 40 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
1.000	1,57	1.570,00	546	1,56	851,76	
5.300	1,57	8.321,00	776	1,58	1.226,08	
859	1,57	1.348,63	2.480	1,57	3.893,60	
1.000	1,58	1.580,00	4	1,58	6,32	
1.000	1,58	1.580,00	836	1,56	1.304,16	
841	1,58	1.328,78	4.424	1,57	6.945,68	
4.250	1,55	6.587,50	4.740	1,58	7.489,20	
502	1,56	783,12	1.000	1,58	1.580,00	
252	1,56	393,12	343	1,58	541,94	
996	1,58	1.573,68	3.407	1,57	5.348,99	
3.194	1,56	4.982,64	2.250	1,58	3.555,00	

31-12-2012 Ordem(s) de aquisição em bolsa de 60 000 acções - negócios efectuados:						
Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	Quantidade	Preço Unitário (€)	Preço Total (€)	
4.598	1,57	7.218,86	1.500	1,58	2.370,00	
3.271	1,58	5.168,18	1.500	1,58	2.370,00	
500	1,59	795,00	550	1,59	874,50	
1.631	1,60	2.609,60	2.950	1,59	4.690,50	
3.000	1,56	4.680,00	2.500	1,60	4.000,00	
7.000	1,56	10.920,00	3.300	1,59	5.247,00	
3.000	1,56	4.680,00	5.781	1,59	9.191,79	
6.000	1,56	9.360,00	919	1,60	1.470,40	
1.000	1,58	1.580,00	9.950	1,60	15.920,00	
1.000	1,58	1.580,00	50	1,60	80,00	

Não se realizaram alienações de acções próprias.

Estas transacções foram realizadas nos estritos termos previstos nas autorizações de aquisição/alienação de acções próprias outorgadas em Assembleia Geral de Accionistas. As referidas autorizações não configuram um programa de recompra de acções previsto no regulamento CE n.º 2273/2007, de 22 de Dezembro.

A realização destas transacções, nos termos acima descritos, foi julgada conveniente face oportunidade de mercado, à existência de disponibilidades financeiras na Sociedade e ao impacto imaterial que teriam quer na regular formação dos preços da acção, quer no *freefloat* da Sociedade.

A 31 de Dezembro de 2012, a CORTICEIRA AMORIM detinha 7 383 962 acções próprias, representativas de 5,552% do seu capital social.

2 – PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS NO CAPITAL SOCIAL DO EMITENTE, CALCULADAS NOS TERMOS DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Relação dos Accionistas titulares de participações sociais qualificadas, à data de 31 de Dezembro de 2012:

<i>Accionista</i>	Acções Detidas (quantidade)	Participação (%)
Amorim Capital, S.G.P.S., SA	67.830.000	51,000 %
Investmark Holdings, B.V.	24.975.157	18,778 %
Amorim International Participations, B.V.	20.064.387	15,086 %
Total de Participações Qualificadas	112.869.544	84,864 %

A Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S., SA, detém, à data de 31 de Dezembro de 2012, uma participação qualificada indirecta na CORTICEIRA AMORIM, de 67 830 000 acções, correspondente a 51% do capital social da Sociedade. A referida participação indirecta é detida através da Amorim Capital - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. A Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. é detida a 100% pela Interfamília II, S.G.P.S., SA.

A Investmark Holdings B.V. é integralmente detida pela Warranties, S.G.P.S., S.A. que, por sua vez, é detida em 70% pelo Sr. Américo Ferreira de Amorim.

A Amorim International Participations, B.V. é integralmente detida pela Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

De referir que, em 31 de Dezembro de 2012, a CORTICEIRA AMORIM possuía 7 383 962 acções próprias.

3 – INFORMAÇÃO PREVISTA NOS ARTIGOS 447.º e 448.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

3.1 - Acções CORTICEIRA AMORIM detidas e/ou transaccionadas directamente pelos membros órgãos sociais da Sociedade

Os membros dos órgãos sociais não detinham nem transaccionaram qualquer título representativo do capital social da Sociedade.

3.2 - Acções CORTICEIRA AMORIM detidas e/ou transaccionadas por sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de administração ou fiscalização

- i) A 28 de Junho de 2012, a sociedade Amorim Capital, SGPS, S.A., na qual o Sr. Dr. António Rios de Amorim, Presidente do Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, exercia funções de administração, vendeu em duas operações fora de bolsa de igual montante um total de 33 990 314 acções representativas de 25,557% do capital social da CORTICEIRA AMORIM, ao preço de 1,49 €/acção; a 31 de Dezembro de 2012 (bem como à data deste Relatório) a Amorim Capital, SGPS, S.A. detinha 67 830 000 acções representativas de 51% do capital social da CORTICEIRA AMORIM. Nestas datas, o Sr. Dr. António Rios de Amorim já não exercia funções de administração na sociedade participante;
- ii) A 19 de Outubro de 2012, a sociedade Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., na qual o Sr. Dr. António Rios de Amorim e a Sra. Dra. Cristina Rios de Amorim, respectivamente Presidente e Vogal do Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, exerciam funções de administração, vendeu em operação fora de bolsa as 3 069 230 acções representativas de cerca de 2,308% do capital da sociedade CORTICEIRA AMORIM que detinha, ao preço de 1,39 €/acção; a 31 de Dezembro de 2012 (bem como à data deste relatório) a Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. não detinha directamente acções da CORTICEIRA AMORIM;
- iii) A 19 de Outubro de 2012, a sociedade Amorim International Participations, BV, na qual a Sra. Dra. Cristina Rios de Amorim, Vogal do Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, exercia funções de administração, comprou em operação fora de bolsa 3 069 230 acções representativas de cerca de 2,308% do capital da sociedade CORTICEIRA AMORIM, ao preço de 1,39 €/acção. A 31 de Dezembro de 2012 (bem como à data deste relatório) a Amorim International Participations, BV detinha 20 064 387 acções representativas de 15,086% do capital social da CORTICEIRA AMORIM.

3.3 - Relação dos Accionistas titulares de mais de um décimo do capital social da empresa

Relação dos Accionistas titulares de mais de décimo do capital social da CORTICEIRA AMORIM, à data de 31 de Dezembro de 2012:

<i>Accionista</i>	Acções Detidas (quantidade)	Participação (%)
Amorim Capital, S.G.P.S., SA	67.830.000	51,000 %
Investmark Holdings, B.V.	24.975.157	18,778 %
Amorim International Participations, B.V.	20.064.387	15,086 %

4 – TRANSACÇÕES DE DIRIGENTES

Em cumprimento do disposto nos números 6 e 7 do artigo 14.º do Regulamento CMVM n.º 5/2008 e conforme comunicações recebidas das pessoas/entidades abrangidas por esta norma, informa-se que em 2012, além das transacções referidas ponto 3.2. ii) e iii) acima, não foram realizadas outras transacções de acções da CORTICEIRA AMORIM pelos seus Dirigentes.

Não houve transacção de instrumentos financeiros com ela relacionados, quer pelos seus Dirigentes, quer pelas sociedades que dominam a CORTICEIRA AMORIM, quer pelas pessoas estritamente relacionadas com aqueles

Mozelos, 18 de Fevereiro de 2013

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

António Rios de Amorim

Presidente

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira

Vice-Presidente

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida

Vogal

Cristina Rios de Amorim Baptista

Vogal

Juan Ginesta Viñas

Vogal

Jorge Manuel Seabra de Freitas

Vogal

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(Valores expressos em milhares de euros)	Notas	Dez. 2012	Dez. 2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Investimentos em subsidiárias e associadas	6	181 443	181 063
Outros activos financeiros		47	47
Empresas do grupo	7	96 275	102 495
		277 765	283 605
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	8	1 334	434
Empresas do grupo	7	73 306	64 486
Outras contas a receber	9	652	318
Diferimentos		22	422
Caixa e depósitos bancários	4	3	15 088
		75 317	80 748
Total do Activo		353 082	364 353
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social		133 000	133 000
Acções próprias		- 7 169	- 6 247
Prémios de emissão		38 893	38 893
Reservas legais		12 243	12 243
Outras reservas		58 194	78 356
Excedentes de revalorização		4 052	4 052
Resultados transitados		- 1 080	-
	10	238 133	260 297
Resultado líquido do período		- 1 511	- 1 080
Total do capital próprio		236 622	259 217
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	11	7 308	7 308
Financiamentos obtidos	12	47 304	60 500
		54 612	67 808
Passivo corrente			
Fornecedores		56	113
Estado e outros entes públicos	8	5 744	3 696
Accionistas		4	3
Empresas do grupo	7	2 010	1 869
Financiamentos obtidos	12	51 465	29 509
Outras contas a pagar	9	1 314	855
Outros passivos financeiros	13	1 255	1 283
		61 848	37 328
Total do passivo		116 460	105 136
Total do capital próprio e do passivo		353 082	364 353
O Técnico Oficial de Contas		O Conselho de Administração	

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

(Valores expressos em milhares de euros)	Notas	Dez. 2012	Dez. 2011
RENDIMENTOS E GASTOS			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias		-	- 10
Fornecimentos e serviços externos	15	- 542	- 595
Gastos com o pessoal	16	- 1 142	- 1 024
Outros rendimentos e ganhos		-	36
Outros gastos e perdas	17	- 482	- 103
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		- 2 166	- 1 696
Gastos/reversões de depreciação e amortização		0	0
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		- 2 166	- 1 696
Juros e rendimentos similares obtidos	19	5 140	5 092
Juros e gastos similares suportados	19	- 4 829	- 5 039
Resultados antes de impostos		- 1 855	- 1 643
Imposto sobre os resultados	18	344	563
Resultado líquido		- 1 511	- 1 080
Resultado por acção – básico e diluído (em euros por acção)		- 0,01	- 0,01
A quantidade média ponderada de acções: 126 166 120, em 2012; 126 212 538 em 2011.			

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

(Valores expressos em milhares de euros)	Dez. 2012	Dez. 2011
Resultado líquido do período	- 1 511	- 1 080
Gasto reconhecido directamente no capital próprio	0	0
Rendimento reconhecido directamente no capital próprio	0	0
Total dos rendimentos e gastos reconhecidos no período	- 1 511	- 1 080

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores expressos em milhares de euros)	Dez. 2012	Dez. 2011
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Pagamentos a fornecedores	- 593	- 562
Pagamentos ao pessoal	- 946	- 870
Fluxo gerado pelas operações	- 1 539	- 1 432
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	- 2 114	3 511
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	- 631	- 230
Fluxos das actividades operacionais	- 4 284	1 849
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	118 088	202 311
Juros e rendimentos similares	5 825	3 920
	123 913	206 231
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	- 118 311	- 223 325
Fluxos das actividades de investimento	5 602	- 17 094
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	48 327	307 585
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	- 39 522	- 282 301
Juros e gastos similares	- 4 604	- 5 974
Dividendos	- 20 159	- 12 619
Aquisição de acções próprias	- 686	-
	- 64 971	-300 894
Fluxos das actividades de financiamento	- 16 644	6 691
Variação de caixa e seus equivalentes	- 15 326	- 8 554
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	15 044	23 598
Caixa e seus equivalentes no fim do período	- 282	15 044

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Valores expressos em milhares de euros.

Ano de 2011	Saldo Inicial	Movimento	Saldo Final
Capital social	133 000	-	133 000
Acções próprias - valor nominal	- 6 788	-	- 6 788
Acções Próprias - prémios e descontos	541	-	541
Prémios de emissão de acções	38 893	-	38 893
Reservas de reavaliação	4 052	-	4 052
Reservas legais	10 887	1 356	12 243
Outras reservas indisponíveis	6 247	-	6 247
Reservas especiais	103	-	103
Reservas resultantes da venda de acções próprias	339	-	339
Reservas livres	58 529	13 138	71 667
Resultado líquido:			
> Exercício de 2010	27 115	- 27 115	-
> Exercício de 2011	-	- 1 080	- 1 080
	272 918	- 13 701	259 217

Ano de 2012	Saldo Inicial	Movimento	Saldo Final
Capital social	133 000	-	133 000
Acções próprias - valor nominal	- 6 788	- 597	- 7 385
Acções Próprias - prémios e descontos	541	- 325	216
Prémios de emissão de acções	38 893	-	38 893
Reservas de reavaliação	4 052	-	4 052
Reservas legais	12 243	-	12 243
Outras reservas indisponíveis	6 247	922	7 169
Reservas especiais	103	-	103
Reservas resultantes da venda de acções próprias	339	-	339
Reservas livres	71 667	- 21 084	50 583
Resultados transitados	-	- 1 080	- 1 080
Resultado líquido:			
> Exercício de 2011	- 1 080	1 080	-
> Exercício de 2012	-	- 1 511	- 1 511
	259 217	- 22 595	236 622

24

Os movimentos nos capitais próprios resumem-se como segue:

	Ano 2012	Ano 2011
Aquisição de acções próprias	- 922	-
Distribuição de dividendos	- 20 162	- 12 621
Resultado líquido	- 1 511	- 1 080
	- 22 595	- 13 701

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

NOTAS ÀS CONTAS INDIVIDUAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

1. INTRODUÇÃO

A Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. (adiante designada apenas por CORTICEIRA AMORIM, designação que poderá também abranger o conjunto da Corticeira Amorim SGPS e suas participadas) resultou da transformação da Corticeira Amorim, S.A., numa sociedade gestora de participações sociais ocorrida no início de 1991 e cujo objecto social é gestão das participações do Grupo Amorim no sector da cortiça.

As empresas participadas directa e indirectamente pela Corticeira Amorim têm como actividade principal a fabricação, comercialização e distribuição de todos os produtos de cortiça.

A Corticeira Amorim não detém directa ou indirectamente interesses em propriedades onde se faça o cultivo e exploração do sobreiro, árvore fornecedora da cortiça que é a principal matéria-prima usada nas suas unidades transformadoras. A aquisição da cortiça faz-se num mercado aberto, onde interagem múltiplos agentes, tanto do lado da procura como da oferta.

A actividade da Corticeira Amorim estende-se desde a aquisição e preparação da cortiça, até à sua transformação num vasto leque de produtos derivados de cortiça. Abrange também a comercialização e distribuição, através de uma rede própria presente em todos os grandes mercados mundiais.

A Corticeira Amorim é uma empresa portuguesa com sede em Mozelos, Santa Maria da Feira, sendo as acções representativas do seu capital social de 133 000 000 euros cotadas na Euronext Lisboa – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas em Conselho de Administração do dia 18 de Fevereiro de 2013.

Excepto quando mencionado outra unidade, os valores numéricos referidos nestas notas são apresentados em milhares de euros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptado na União Europeia, em vigor no final de 2012.

Existem as seguintes novas normas adoptadas pela União Europeia que são de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2012.

- IFRS 7 (alteração), 'Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de activos financeiros Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efectuar relativamente a activos financeiros transferidos para terceiros mas não desreconhecidos do balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado.

A aplicação destas normas não provocou impactos significativos nas Demonstrações financeiras apresentadas.

2 - Novas normas e alterações a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Julho de 2012 ou em data posterior:

2.1 Normas

- IAS 1 (alteração), ‘Apresentação de demonstrações financeiras’. Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como Outros rendimentos integrais, consoante estes possam ser reciclados ou não no futuro por resultados do exercício e o respectivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos.
- IAS 12 (alteração), ‘Impostos sobre o rendimento’. Esta alteração requer que uma Entidade mensure os impostos diferidos relacionados com activos dependendo se a Entidade estima recuperar o valor líquido do ativo através do uso ou da venda, excepto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21, a qual é revogada.
- IAS 19 (revisão 2011), ‘Benefícios aos empregados’. Esta revisão introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efectuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios actuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos “Outros rendimentos integrais (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. Os Benefícios de cessação de emprego apenas qualificam como tal se não existir qualquer obrigação do empregado prestar serviço futuro.
- Melhorias às normas 2009-2011, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013. Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. O processo de melhoria anual de 2009-2011 afecta as normas: IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32 e IAS 34.
- IFRS 1 (alteração), ‘Adopção pela primeira vez das IFRS’ (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias, e adoptam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite a uma Entidade optar por mensurar determinados activos e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como “custo considerado” na demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por “data da transição para as IFRS” nas excepções à aplicação retrospectiva da IFRS.
- IFRS 1 (alteração) ‘Adopção pela primeira vez das IFRS – Empréstimos do governo’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração visa esclarecer como é que as entidades que adoptam as IFRS pela primeira vez devem contabilizar um empréstimo do governo com uma taxa de juro inferior à taxa de mercado. Também introduz uma isenção à aplicação retrospectiva, semelhante à atribuída às entidades que já reportavam em IFRS, em 2009.
- IFRS 10 (novo), ‘Demonstrações financeiras consolidadas’ (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado.
- IFRS 11 (novo), ‘Acordos conjuntos’ (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações associados aos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre activos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o activo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida na mensuração de Entidades conjuntamente controladas.

- IFRS 12 (novo) – ‘Divulgação de interesses em outras entidades’ (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade.
- Alteração à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – ‘Regime de transição’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção da União Europeia. Esta alteração clarifica que, quando da aplicação da IFRS 10 resulte um tratamento contabilístico de um investimento financeiro diferente do seguido anteriormente, de acordo com a IAS 27/SIC 12, os comparativos têm de ser reexpressos mas apenas para o período comparativo anterior, e as diferenças apuradas, à data de início do período comparativo, são reconhecidas no capital próprio. Divulgações específicas são exigidas pela IFRS 12.
- Alteração à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – ‘Entidades gestoras de participações financeiras’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção da União Europeia. Esta alteração inclui a definição de Entidade gestora de participações financeiras e introduz o regime de excepção à obrigação de consolidar, para as Entidades gestoras de participações financeiras que qualifiquem como tal, uma vez que todos os investimentos serão mensurados ao justo valor. Divulgações específicas são exigidas pela IFRS 12.
- IFRS 13 (novo) – ‘Justo valor: mensuração e divulgação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). A IFRS 13 tem como objectivo aumentar a consistência, ao estabelecer uma definição de justo valor e constituir a única base dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal a todas as IFRS.
- IAS 27 (revisão 2011) ‘Demonstrações financeiras separadas’ (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras separadas.
- IAS 28 (revisão 2011) ‘Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 passando a incluir no seu âmbito o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, e estabelecendo os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial.
- IFRS 7 (alteração), ‘Divulgações – compensação de activos e passivos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração é parte do projecto de “compensação de activos e passivos” do IASB e introduz novos requisitos de divulgação sobre os direitos de compensação (de activos e passivos) não contabilizados, os activos e passivos compensados e o efeito destas compensações na exposição ao risco de crédito.
- IAS 32 (alteração) ‘Compensação de activos e passivos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta alteração é parte do projecto de “compensação de activos e passivos” do IASB a qual clarifica a expressão “deter actualmente o direito legal de compensação” e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos.
- IFRS 9 (novo), ‘Instrumentos financeiros – classificação e mensuração’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Trata-se da primeira fase da IFRS 9, na qual se prevê a existência de duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows

representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos financeiros, são valorizados ao justo valor por via de resultados.

2.2 Interpretações

- IFRIC 20 (nova), 'Custos de descoberta na fase de produção de uma mina a céu aberto' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta interpretação refere-se ao registo dos custos de remoção de resíduos na fase inicial de uma mina a céu aberto, como um activo, considerando que a remoção dos resíduos gera dois benefícios potenciais: a extracção imediata de recursos minerais e a abertura de acesso a quantidade adicionais de recursos minerais a extrair no futuro.

Não são esperados efeitos significativos decorrentes da adopção destas normas.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas usadas na preparação das demonstrações financeiras individuais foram consistentemente usadas em todos os períodos apresentados nestas demonstrações e de que se apresenta em seguida um resumo.

- Investimentos em subsidiárias e associadas e em outros activos financeiros

São considerados como empresas do Grupo, muitas vezes designadas também como subsidiárias, as empresas nas quais a CORTICEIRA AMORIM detenha directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto, ou detenha o poder de controlar a respectiva gestão, nomeadamente nas decisões da área financeira e operacional.

São consideradas como empresas associadas as empresas onde a CORTICEIRA AMORIM tem uma influência significativa mas não o controlo da gestão. Em termos jurídicos esta influência acontece normalmente nas empresas em que a participação se situa entre os 20% e os 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são valorizados ao custo de aquisição. Em caso de perda de imparidade, o valor do investimento financeiro é ajustado em consonância, sendo o respectivo ajuste considerado uma perda do exercício.

- Clientes e outras dívidas a receber

As dívidas de clientes e outras a receber são registadas pelo seu valor nominal, ajustadas subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflectam o seu valor realizável. As referidas perdas são registadas na conta de resultados no exercício em que sejam reconhecidas.

- Caixa e equivalentes a caixa

O montante incluído em "Caixa e depósitos bancários" é composto pelos valores de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a três meses, para os quais os riscos de alteração de valor não é significativo. Na Demonstração de Fluxos de Caixa, o valor de "Caixa e equivalentes a caixa" inclui ainda os valores a descoberto de contas de depósitos bancários que estão incluídos no passivo corrente em "Financiamentos obtidos".

- Financiamentos obtidos

Incluem o valor dos empréstimos obtidos. Eventuais despesas atribuíveis à entidade emprestadora, são deduzidos à dívida e reconhecidos ao longo do período de vida do empréstimo, de acordo com a taxa de juro efectiva.

Os juros dos empréstimos obtidos são reconhecidos como custo à medida que são incorridos.

- Impostos diferidos e imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício compreende o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente é determinado com base no resultado líquido contabilístico, ajustado de acordo com a legislação fiscal.

A Sociedade é tributada pelo regime especial de determinação da matéria colectável em relação às sociedades do grupo em que a CORTICEIRA AMORIM é dominante, consignado pelo artigo 69.º do código do IRC (RETGS).

O valor do imposto corrente, positivo ou negativo, é calculado por cada empresa filial, com base na sua situação fiscal individual, e imputado à CORTICEIRA AMORIM (empresa dominante do grupo do RETGS).

O cálculo da estimativa para impostos é efectuado com base na matéria colectável consolidada das seguintes empresas:

- ◆ Corticeira Amorim, SGPS, SA
- ◆ Amorim Compcork, Lda.
- ◆ Amorim Cork Research & Services, Lda.
- ◆ Amorim Cork Composites, SA
- ◆ Amorim Florestal, SA
- ◆ Amorim Industrial Solutions - Imobiliária, SA
- ◆ Amorim Irmãos, SA
- ◆ Amorim Irmãos, SGPS, SA
- ◆ Amorim Natural Cork, SA
- ◆ Amorim Revestimentos, SA
- ◆ Equipar – Participações Integradas, S.G.P.S., Lda.
- ◆ Portocork Internacional, SA
- ◆ Sociedade Portuguesa de Aglomerados de Cortiça, Lda.

Os resultados positivos ou negativos, que resultam dos ajustamentos da consolidação fiscal, são da responsabilidade da empresa consolidante.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização. No final de cada exercício é efectuada uma reapreciação dos activos por impostos diferidos, sendo os mesmos desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

- Provisões

São reconhecidas provisões quando a CORTICEIRA AMORIM tem uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de um evento passado, e seja provável que desse facto resulte uma saída de recursos e que esse montante seja estimado com fiabilidade.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. São reconhecidas provisões para reestruturação sempre que para essa reestruturação haja um plano detalhado e tenha havido comunicação às partes envolvidas.

Quando existe uma obrigação presente, resultante de um evento passado, mas da qual não é provável que resulte uma saída de recursos, ou esta não pode ser estimada com fiabilidade, essa situação é tratada como um passivo contingente, o qual é divulgado nas demonstrações financeiras, excepto se considerada remota a possibilidade de saída de recursos.

- Locação

Sempre que um contrato indicié a transferência substancial dos riscos e dos benefícios inerentes ao bem em causa para a CORTICEIRA AMORIM, a locação será classificada como financeira. Todas as outras locações são consideradas como operacionais, sendo os respectivos pagamentos registados como custos do exercício.

- Instrumentos financeiros derivados

A Corticeira Amorim utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos de câmbio à vista e a prazo, opções e swaps, somente para cobertura dos riscos financeiros a que está exposta. A CORTICEIRA AMORIM não utiliza instrumentos financeiros para especulação. A empresa adopta a contabilização de acordo com contabilidade de cobertura (hedge accounting) respeitando integralmente o disposto nos normativos respectivos. A negociação dos instrumentos financeiros derivados é realizada pelo departamento de tesouraria central (Sala de Mercados), obedecendo a normas aprovadas pela respectiva administração. Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente reconhecidos no balanço ao seu custo inicial e depois remensurados ao seu justo valor.

4. FLUXOS DE CAIXA

i) Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

Rubrica	Dez. 2012	Dez. 2011
Numerário	1	2
Depósitos bancários imediatamente disponíveis	2	15 086
Equivalentes a caixa:		
Descobertos bancários	- 285	-44
Caixa e seus equivalentes	- 282	15 044
Disponibilidades constantes da Demonstração da Posição Financeira:		
Caixa	1	2
Depósitos bancários	2	15 086
	3	15 088

ii) Outras informações

A 31 de Dezembro de 2012, havia um total de 33 215 milhares de euros de facilidades de créditos não utilizados (43 456, em 31 de Dezembro de 2011).

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A actividade da CORTICEIRA AMORIM está exposta a vários riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de liquidez e risco de capital.

Risco de mercado

A exposição da CORTICEIRA AMORIM ao risco de mercado traduz-se na sua exposição ao risco de taxa de juro.

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os financiamentos da CORTICEIRA AMORIM venciam juros a taxa variável. O risco de taxa de juro resulta, essencialmente, dos empréstimos obtidos não correntes, os quais representavam no final de exercício cerca de 48% do total dos financiamentos obtidos (2011: 67%). No exercício de 2010 a CORTICEIRA AMORIM contratou um swap de taxa de juro com o objectivo de realização de cobertura económica do risco de taxa de juro, mas que contabilisticamente foi tratado como derivado de negociação. À data de 31 de Dezembro de 2012, por cada 0,1% de variação nas taxas de juro de empréstimos denominadas em euros, o efeito no resultado líquido da CORTICEIRA AMORIM seria cerca de 99 K€.

Risco de Liquidez

O departamento de tesouraria da CORTICEIRA AMORIM analisa regularmente os cash flows previsionais de modo a assegurar que existe liquidez suficiente para o grupo satisfazer as suas necessidades operacionais e, em simultâneo, dar cumprimento às obrigações associadas às varias linhas de financiamento. Os excedentes de liquidez são investidos em depósitos remunerados de curto prazo. Os cash flows não descontados estimados pela maturidade contratual, para os passivos financeiros (derivados e não derivados) em aberto à data de relato financeiro é apresentado abaixo:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Financiamentos obtidos	29 509	45 000	15 500	-	90 009
Fornecedores	113	-	-	-	113
Estado e outros entes públicos	3 696	-	-	-	3 696
Accionistas	3	-	-	-	3
Empresas do grupo	1 869	-	-	-	1 869
Outras contas a pagar	855	-	-	-	855
Outros passivos financeiros	1 283	-	-	-	1 283
Total a 31 de Dezembro de 2011	37 328	45 000	15 500	0	97 828

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Financiamentos obtidos	51 465	40 359	6 945	-	98 769
Fornecedores	56	-	-	-	56
Estado e outros entes públicos	5 744	-	-	-	5 744
Accionistas	4	-	-	-	4
Empresas do grupo	2 010	-	-	-	2 010
Outras contas a pagar	1 314	-	-	-	1 314
Outros passivos financeiros	1 255	-	-	-	1 255
Total a 31 de Dezembro de 2012	61 848	40 359	6 945	0	97 828

A cobertura do risco de liquidez, definida como a capacidade para responder a responsabilidades assumidas, é feita, no essencial, pela existência de um conjunto de linhas de crédito imediatamente disponíveis. Estas facilidades asseguram à CORTICEIRA AMORIM uma capacidade de liquidar posições num prazo bastante curto, permitindo a necessária flexibilidade na condução dos seus negócios.

Risco de capital

O objectivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos Accionistas e os correspondentes benefícios aos restantes *Stakeholders* da CORTICEIRA AMORIM. Para a prossecução deste objectivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura óptima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos Accionistas as medidas consideradas necessárias e que podem passar por ajustar o *pay-out* relativo aos dividendos a distribuir, transaccionar acções próprias, aumentar o capital social por emissão de acções e venda de activos entre outras medidas.

O indicador utilizado para monitorar a estrutura de capitais é o rácio de Autonomia Financeira. A Administração tem considerado 40% como sendo o valor indicativo de uma estrutura óptima, atendendo às características da empresa e do sector económico em que se enquadra. Considera ainda que, conforme as condições objectivas da conjuntura económica em geral e do sector em particular, aquele rácio, para o conjunto das empresas do Grupo, não deverá situar-se fora do intervalo 35%-45%. No entanto, em termos de contas individuais, este rácio apresentou valores mais elevados, como segue:

	2012	2011
Capital Próprio a 31 de Dezembro	236 622	259 217
Activo a 31 de Dezembro	353 082	364 353
Autonomia Financeira	67,0%	71,1%

6. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

	2012	2011
Saldo inicial	181 063	141 123
Aumentos	380	40 000
Alienações	-	- 60
Saldo final	181 443	181 063

Os aumentos, em 2012, referem-se à cobertura de prejuízos da Amorim Cork Research & Services, Lda; e, em 2011, à subscrição do aumento do capital social da Amorim Revestimentos, SA, em 40 milhões de euros.

As alienações, em 2011, referem-se à venda de 0,099% da participação na sociedade Amorim Natural Cork, SA à subsidiária Amorim & Irmãos, SGPS, SA.

- Outras informações

Empresas	Sede	%	Valor de Custo	Prestações suplementares	Ajustamentos	Participação Financeira Dez. 2012	Participação Financeira Dez. 2011
Amorim & Irmãos, SGPS, SA	S. M ^a . Feira	100%	6 344	-	-	6 344	6 344
Amorim Brasil – C.I.I.E.A.C., Lda	Brasil	99%	40	904	- 944	0	0
Amorim Cork Composites, SA	S. M ^a . Feira	100%	40 076	44 050	-	84 126	84 126
Amorim Cork Research & Services, Lda	S. M ^a . Feira	100%	430	339	-	769	389
Amorim Natural Cork, SA	S. M ^a . Feira	99,90%	50 000	-	-	50 000	50 000
Amorim Revestimentos, SA	S.P.Oleiros	72,73%	40 000	-	-	40 000	40 000
General Inv. & Participations Ginpar, SA	Marrocos	99,76%	204	-	-	204	204
			137 094	45 293	- 944	181 443	181 063

7. EMPRESAS DO GRUPO

Com exceção dos suprimentos concedidos à Amorim Cork Composites, SA, todos os empréstimos concedidos a subsidiárias e obtidos de subsidiárias vencem juros à taxa de mercado.

i) Activo não corrente

Refere-se ao saldo dos suprimentos concedidos às subsidiárias seguintes:

	31 Dez. 2012	31 Dez. 2011
Amorim Cork Composites, SA	63 500	64 500
Amorim Natural Cork, SA	32 775	37 995
	96 275	102 495

33

ii) Activo corrente

	Dez. 2012	Dez. 2011
Dívidas a receber de filiais		
- Empréstimos:		
Amorim Cork Research & Services, Lda.	29 779	140
Amorim Natural Cork, SA	19 680	-
Amorim & Irmãos, SGPS, SA	4 936	-
Amorim Florestal, SA	1 250	22 500
Amorim Cork Composites, SA	600	1 600
Amorim Revestimentos, SA	-	12 625
Amorim & Irmãos, SA	-	12 000
Amorim Isolamentos, SA	-	56 245
	56 245	1 317
- Juros de empréstimos		
Amorim Natural Cork, SA	1 891	2 961
- Impostos do R.E.T.G.S.:		
Amorim & Irmãos, SA	8 384	9 477
Amorim Revestimentos, SA	2 953	-
Amorim Florestal, SA	1 799	102
Amorim & Irmãos, SGPS, SA	1 125	1 089
Amorim Cork Composites, SA	711	463
Amorim Industrial Solutions – Imobiliária, SA	144	153
Equipar – Participações Integradas, S.G.P.S, Lda.	52	59
Portocork Internacional, SA	2	15 170
	15 170	-
	73 306	64 486

iii) Passivo corrente

	Dez. 2012	Dez. 2011
Dívidas a pagar a filiais		
- Impostos do R.E.T.G.S.:		
Amorim Natural Cork, SA	1 536	1 300
Amorim Comp Cork, Lda	379	26
Amorim Cork Research & Services, Lda.	95	166
Amorim Revestimentos, SA	-	375
Portocork Internacional, SA	-	2
	2 010	1 869

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

ii) Activo corrente

	31 Dez. 2012	31 Dez. 2011
Impostos a recuperar do Estado		
Pagamento Especial por Conta (PEC)	434	434
IRC do exercício de 2011	900	-
	1 334	434

ii) Passivo corrente

Os impostos a pagar ao Estado referem-se aos seguintes:

	Dez. 2012	Dez. 2011
Impostos do R.E.T.G.S.	5 654	3 629
Impostos retidos na fonte	56	35
Contribuições para a Segurança Social	30	30
Outros	4	2
	5 744	3 696

Não existem dívidas em mora ao Estado.

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

i) Outras contas a receber

	Dez. 2012	Dez. 2011
Periodização económica de rendimentos:		
Juros de aplicações em depósitos a prazo	-	79
Juros de empréstimos a subsidiárias	648	213
Recuperação de Gastos	2	24
Outros créditos	2	2
	652	318

ii) Outras contas a pagar

	Dez. 2012	Dez. 2011
Periodização económica de gastos:		
Gastos referentes a financiamentos bancários	647	645
Juros de empréstimos de subsidiárias	100	-
Remunerações e encargos patronais sobre remunerações	132	132
Outros gastos	34	34
Compra de acções próprias	236	-
Outras dívidas a pagar	165	44
	1 314	855

9. CAPITAL E RESERVAS

- Capital social

O capital social da Empresa está representado por cento e trinta e três milhões de acções ao portador, escriturais, de valor nominal unitário de um euro, cada, que conferem direito a dividendos.

- Acções próprias

Em 2012, a Empresa adquiriu em diversas sessões de bolsa 596 000 acções próprias, representativas de 0,4481% do seu capital social, pelo preço médio unitário de custo de 1,5467 euros e global de 921 851,46 euros, incluindo custos de aquisição. Durante o ano de 2012 não alienou qualquer acção própria. A 31 de Dezembro de 2012, detinha 7 383 962 acções próprias, representativas de 5,552% do seu capital social.

Em 2011, a Empresa não adquiriu nem alienou acções próprias. A 31 de Dezembro de 2011, detinha 6 787 462 acções, representativas de 5,103% do seu capital social.

- Dividendos

Em 29 de Março de 2012, a CORTICEIRA AMORIM aprovou distribuir dividendos no valor de 8 645 milhares de euros, a que corresponde o valor 6,5 cêntimos por cada acção e, em 30 de Novembro de 2012, aprovou distribuir dividendos no valor de 12 635 milhares de euros, a que corresponde o valor 9,5 cêntimos por cada acção. Após a dedução dos dividendos correspondentes às acções próprias, ficaram disponíveis para pagamento, a partir do dia 30 de Abril de 2012, dividendos no montante de 8 204 milhares de euros e, a partir do dia 20 de Dezembro de 2012, dividendos no montante de 11 958 milhares de euros, respectivamente.

Em 1 de Abril de 2011, a CORTICEIRA AMORIM aprovou distribuir dividendos no valor de 13 300 milhares de euros, a que corresponde o valor 10 cêntimos por cada acção. Após a dedução dos dividendos correspondentes às acções próprias, ficaram disponíveis para pagamento, a partir do dia 2 de Maio de 2011, dividendos no montante de 12 621 milhares de euros.

10. PROVISÕES

Provisões para impostos	Ano 2012	Ano 2011
Saldo inicial	7 308	6 689
Aumentos	-	619
Saldo final	7 308	7 308

Os processos fiscais em aberto referem-se a situações relativas aos exercícios de 1996, 1997, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2010. O exercício de 2010 foi o último exercício revisto pelas autoridades fiscais portuguesas.

Os processos têm origem, basicamente, em questões relacionadas com a prestação de garantias não remuneradas entre empresas do Grupo, em empréstimos entre empresas do Grupo (Imposto de Selo), com a dedutibilidade de juros das sociedades gestoras de participações sociais (SGPS), com a não aceitação de gastos como gastos fiscais e com perdas relacionadas com a liquidação de subsidiárias.

A natureza dos valores reclamados é relativa a liquidações do IRC e Imposto de Selo.

As provisões para impostos, no total de 7.308 milhares de euros, referem-se em 2.170 a impostos da actividade da empresa Amorim Industrial Solutions II, a qual era totalmente detida pela CORTICEIRA AMORIM e foi dissolvida no ano de 2007 e em 5.138 a impostos do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS).

No final de cada exercício, é efectuada uma análise dos processos fiscais em curso, sendo o desenvolvimento processual dos mesmos tido em conta e, assim, aferida a necessidade de provisionar novas situações, ou de reverter, ou reforçar provisões já existentes. As provisões correspondem a situações que, pelo seu desenvolvimento processual, ou pela doutrina/jurisprudência entretanto surgida, indiciam uma probabilidade de terem um desfecho desfavorável para a Corticeira Amorim e em que, a verificar-se tal desfecho, o exfluxo pode ser estimado com fiabilidade.

O valor dos processos judiciais à data do fecho de contas 2012 montava aos 4.070 milhares de euros, exclusivamente processos fiscais. Daquele total, cerca de 2.170 milhares de euros encontravam-se provisionados.

O valor dos processos fiscais em aberto, tanto em fase graciosa como judicial elevava-se a 14.371 milhares de euros. Este valor inclui 4.468 milhares de euros de capital em dívida e 9.903 milhares de euros de valor de IRC associado.

Considera-se adequado o montante de 7.308 milhares de euros de provisões existentes para fazer face a contingências relativas a impostos sobre o rendimento.

11. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos vencem juros a taxas de mercado e são totalmente denominados em euros. O custo médio registado no período para o conjunto das linhas de crédito utilizadas situou-se nos 5,2% (2011: 5,1%).

Em Junho de 2011 a Empresa emitiu 50 obrigações não convertíveis, com o valor nominal de quinhentos mil euros, cada uma, por subscrição particular e com a maturidade a dois anos. Os juros são calculados na base Actual/360 e vencem-se semestralmente e postecipadamente em 20 de Dezembro e 20 de Junho, de cada ano, até à data do reembolso total, que será efectuado ao par em 20 de Junho de 2013.

A empresa contratou diversos programas de emissões de papel comercial, dos quais se detalha:

	2012	2011
Montante global contratado em 31 de Dezembro	65 500	95 500
Montante utilizado em 31 de Dezembro	35 500	55 500
Prazo médio ponderado das emissões	18 dias	36 dias

Os financiamentos obtidos que vencem a médio e longo prazo (passivo não corrente) referem-se:

	Dez. 2012	Dez. 2011
Empréstimo obrigacionista	-	25 000
Papel comercial	15 500	35 500
Empréstimos da banca	(*) 31 804	-
	47 304	60 500

(*) Deduzido de 196 de despesas.

O vencimento, relativamente a 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, ocorrerá:

Data de referência	A mais de 1 ano	A mais de 2 e menos de 5 anos	A mais de 5 anos	Total
31 Dez. 2012	40 500	7 000	-	47 500
31 Dez. 2011	45 000	15 500	-	60 500

À data de fecho de contas 2012, a CORTICEIRA AMORIM tinha linhas de financiamento cuja documentação contratual de suporte incluía covenants genericamente usados neste tipo de contratos, nomeadamente: cross-default, pari passu e, em alguns casos, negative pledge, e rácios financeiros.

A CORTICEIRA AMORIM tinha utilizado naquela data linhas de crédito às quais estavam associados covenants financeiros (com base nas contas consolidadas do grupo). Estes consubstanciavam-se, essencialmente, no cumprimento de rácios que permitem acompanhar a situação financeira consolidada da empresa, nomeadamente a sua capacidade para garantir o serviço da dívida. O rácio mais utilizado era o que relaciona a Dívida com o EBITDA gerado pela Sociedade (Dívida remunerada líquida/EBITDA corrente). Também os rácios que relacionam o EBITDA com os juros suportados (EBITDA corrente/Juros líquidos) e o valor dos Capitais Próprios com o Total do Balanço (Autonomia Financeira) estão presentes em alguns dos contratos.

37

A 31 de Dezembro de 2012, estes rácios registavam os seguintes valores consolidados:

Dívida remunerada líquida / EBITDA corrente	1,47
EBITDA corrente / juros líquidos	16,9
Autonomia Financeira	45,9%

Os rácios acima mencionados cumpriam larga e integralmente as exigências constantes dos contratos que formalizavam as referidas linhas de crédito. Na eventualidade do seu não cumprimento, haveria a possibilidade de tal circunstância conduzir ao reembolso antecipado dos montantes tomados.

Para além do referido cumprimento informa-se que a capacidade de assegurar o serviço de dívida estava ainda reforçada pela existência, à data de 31 de Dezembro de 2012, de 33.215 milhares de euros de facilidades de crédito não utilizadas.

Os financiamentos obtidos que vencem a menos de um ano (passivo corrente) referem a:

	Dez. 2012	Dez. 2011
Empréstimo obrigacionista	(*) 24 923	-
Papel comercial	20 000	19 715
Empréstimos da banca	(**) 3 272	9 794
Empréstimos de subsidiárias	3 270	-
	51 465	29 509

(*) Deduzido de 77 de despesas.

(**) Deduzido de 13 de despesas.

12. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Durante o primeiro trimestre de 2010, foi firmada uma operação de swap de taxa de juro a cinco anos, sobre um nominal de 30 milhões de euros. Pela operação, a Sociedade comprometeu-se a pagar juros à taxa fixa e em troca receber juros à taxa variável, um proxy da Euribor 6 meses. A 31 de Dezembro de 2012 o justo valor desse swap era de -1255 milhares de euros (-1283 milhares de euros, a 31 de Dezembro de 2011).

Este derivado é o instrumento financeiro a justo valor nas contas da sociedade. Não sendo transaccionado em mercado, não tem cotação (derivado “*over the counter*”).

De acordo com o normativo contabilístico, a hierarquia de mensurações de justo valor de activos e passivos financeiros tem os seguintes níveis:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos

Nível 2 – inputs diferentes de preços cotados, que sejam observáveis para o activo ou passivo, directa ou indirectamente

Nível 3 - inputs para o activo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

O justo valor foi determinado através de avaliação por uma instituição financeira, a qual utiliza entre outros inputs um índice proprietário (Nível 3).

13. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos financeiros inserem-se, essencialmente, na categoria de Empréstimos e Contas a receber. Por sua vez os passivos financeiros são, essencialmente, Passivos a custo amortizado.

	Empréstimos concedidos e contas a receber	Activos disponíveis para venda	Total
Outros activos financeiros	-	47	47
Empresas do grupo	166 981	-	166 981
Estado e outros entes públicos	434	-	434
Outras contas a receber	318	-	318
Caixa e depósitos bancários	15 088	-	15 088
Total a 31 de Dezembro de 2011	182 821	47	182 868
Outros activos financeiros	-	47	47
Empresas do grupo	169 581	-	169 581
Estado e outros entes públicos	1 334	-	1 334
Outras contas a receber	652	-	652
Caixa e equivalentes	3	-	3
Total a 31 de Dezembro de 2012	171 570	47	171 617

	Justo valor por resultados	Outros passivos financeiros a custo amortizado	Total
Financiamentos obtidos	-	90 009	90 009
Fornecedores	-	113	113
Estado e outros entes públicos	-	3 696	3 696
Accionistas	-	3	3
Empresas do grupo	-	1 869	1 869
Outras contas a pagar	-	855	855
Outros passivos financeiros	1 283	-	1 283
Total a 31 de Dezembro de 2011	1 283	96 545	97 828
Financiamentos obtidos	-	98 769	98 769
Fornecedores	-	56	56
Estado e outros entes públicos	-	5 744	5 744
Accionistas	-	4	4
Empresas do grupo	-	2 010	2 010
Outras contas a pagar	-	1 314	1 314
Outros passivos financeiros	1 255	-	1 255
Total a 31 de Dezembro de 2012	1 255	107 897	109 152

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2012	2011
Trabalhos especializados	299	318
Rendas e alugueres	135	132
Deslocações e estadas	30	41
Honorários	16	11
Combustíveis	14	13
Contencioso e notariado	14	11
Comunicação e sistemas informáticos	12	14
Conservação e reparação	8	10
Representação	2	32
Outros	12	13
	542	595

15. GASTOS COM O PESSOAL

	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais:		
Conselho de Administração	580	455
Conselho Fiscal	43	43
Remunerações do pessoal	348	366
Encargos sobre remunerações	158	148
Outros gastos com o pessoal	13	12
	1 142	1 024

A remuneração atribuída ao Revisor Oficial de Contas foi de 54 mil euros (igual valor em 2011) e aos Membros da Assembleia 13 mil euros (6,5 mil euros em 2011). Estas remunerações foram registadas na Conta de Fornecimentos e Serviços Externos, em Trabalhos Especializados e em Honorários, respectivamente.

Durante o ano de 2012 a empresa teve em média ao seu serviço 18 pessoas (20 em 2011).

16. OUTROS GASTOS E PERDAS

	2012	2011
Donativos	378	54
Despesas não documentadas	44	5
Quotizações	30	31
Serviços bancários	28	2
Prémios atribuídos em concursos	-	8
Outros	2	3
	482	103

Os donativos foram concedidos às seguintes instituições:

	2012	2011
Fundação Albertina Ferreira de Amorim	341	41
WWF – European Policy Programme	34	-
Fundação Calouste Gulbenkian	2	-
Soc. Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas	1	-
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto	-	10
Fundacion Festival Internacional Teatro a Mil (Chile)	-	3
	378	54

40

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

	2012	2011
Imposto de tributações autónomas	- 58	- 27
Crédito de imposto utilizado no R.E.T.G.S.	304	400
Provisão para impostos da Amorim Industrial Solutions II – I.C.B., SA (*)	-	- 619
Insuficiência/excesso de estimativa de impostos do R.E.T.G.S.:		
Benefícios fiscais (SIFIDE) com origem na Amorim & Irmãos, SA	-	535
Restituição da derrama municipal	-	290
Outra	98	- 16
Imposto sobre o rendimento	344	563

(*) A Amorim Industrial Solutions II – I.C.B., SA foi dissolvida no ano de 2007 e era totalmente detida pela CORTICEIRA AMORIM

Os resultados antes de impostos evoluíram para os seguintes prejuízos fiscais, como segue:

	2012	2011
Resultado antes de impostos	- 1 855	- 1 643
ACRÉSCIMOS:		
Donativos	337	3
Encargos financeiros	253	-
Gastos não documentados	44	5
Menos-valias contabilísticas	-	10
Outros	7	26
DEDUÇÃO:		
Majoração de donativos	-	2
Resultado fiscal	- 1 214	- 1 601

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da CORTICEIRA AMORIM e das filiais com sede em Portugal estão sujeitas a revisão e possibilidade de correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos nos termos gerais.

A Administração da CORTICEIRA AMORIM entende que as correcções resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais, aquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de Dezembro de 2012.

18. GASTO LÍQUIDO DE FINANCIAMENTO

41

	2012	2011
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos, referentes a empréstimos concedidos a filiais:		
Amorim Natural Cork, SA	2 225	2 989
Amorim & Florestal, SA	797	148
Amorim & Irmãos, SA	412	899
Amorim Revestimentos, SA	352	18
Amorim & Irmãos, SGPS, SA	258	-
Amorim Cork Composites, SA	117	1
Amorim Isolamentos, SA	64	88
Amorim Cork Research & Services, Lda	60	2
	4 285	4 145
Juros obtidos de aplicações de tesouraria em bancos	827	940
Outros Juros obtidos	-	7
Justo valor de swap de taxa de juro	28	-
	(1) 5 140	5 092

Juros e gastos similares suportados:

Juros referentes a empréstimos obtidos de filiais:			
Amorim Industrial Solutions – Imobiliária, SA	72	-	
Amorim Compcork, Lda	28	-	
Amorim & Irmãos, SGPS, SA	-	1 112	
Equipar – Participações Integradas, S.G.P.S, Lda	-	113	
Vatrya – Consultadoria e Marketing, Lda	-	33	
Amorim Florestal, SA	-	27	
Outras	1	5	
	101	1 290	
Juros referentes a empréstimos obtidos da empresa-mãe			
Juros, comissões e imposto de selo referentes a outros financiamentos	4 728	3 437	
Justo valor de swap de taxa de juro	-	158	
	(2)	4 829	5 039
Gasto líquido de financiamento	[(2) – (1)]	- 311	-53

19. RESPONSABILIDADES DA EMPRESA POR GARANTIAS PRESTADAS

À data de 31 de Dezembro dos anos de 2012 e de 2011 encontravam-se prestadas as seguintes garantias:

Beneficiário	Motivo	31 Dez.2012 Valor	31 Dez.2011 Valor
- Autoridade Tributária e Aduaneira	Processos relativos a impostos	8 968	7 572
- Instituições financeiras	Confortos a linhas de crédito e garantias bancárias a empresas interligadas	72 647	67 618
		81 615	75 190

42

A empresa domina totalmente as sociedades a seguir indicadas, pelo que assume, relativamente a essas sociedades, as responsabilidades previstas no Código das Sociedades Comerciais:

- ◆ Amorim & Irmãos, SGPS, SA
- ◆ Amorim Cork Composites, SA
- ◆ Amorim Cork Research & Services, Lda

20. INFORMAÇÕES REQUERIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação relativa ao número 4 do artigo 5.º do Decreto- Lei n.º 318/94 de 24 de Dezembro.

i) - Relação dos créditos concedidos durante o ano de 2012 e respectivas posições devedoras à data de 31 de Dezembro de 2012:

	Data	Valor	Posição
Amorim & Irmãos, SA			
	30 Mar.	1 200	
	20 Abr.	2 100	
	26 Abr.	4 600	
	25 Maio	800	
	31 Maio	4 100	
	4 Jun.	300	
	25 Jun.	4 200	0
Amorim & Irmãos, SGPS, SA			
	14 Jun.	15 100	4 936
Amorim Cork Composites, SA			
	27 Jan.	1 500	
	6 Fev.	1 000	
	25 Maio	300	
	31 Maio	1 200	
	25 Jun.	2 350	
	4 Jul.	2 600	
	28 Set.	150	
	19 Dez.	3 600	64 100
Amorim Isolamentos, SA			
	5 Jan.	300	
	27 Jan.	500	
	30 Mar.	300	
	31 Maio	300	
	28 Set.	200	0
Amorim Natural Cork, SA			
	6 Jul.	3 600	
	27 Jul.	2 070	
	26 Set.	15 470	
	6 Dez.	1 600	
	11 Dez.	1 940	
	21 Dez.	2 000	52 455
Amorim Cork Research & Services, Lda.			
	17 Jan.	120	
	23 Jan.	90	
	27 Jan.	30	
	17 Fev.	170	
	30 Abr.	150	
	18 Maio	90	
	31 Jul.	130	
	22 Agt.	120	
	31 Agt.	90	
	25 Set.	12	
	20 Dez.	29 779	29 779

	Data	Valor	Posição
Amorim Florestal, SA			
	16 Jan.	2 000	
	27 Jan.	1 200	
	10 Fev.	1 500	
	11 Maio	1 600	
	15 Jun.	2 000	
	29 Jun.	700	
	30 Nov.	1 000	
	17 Dez.	250	1 250
Amorim Revestimentos, SA			
	27 Jan.	900	
	10 Fev.	620	
	23 Out.	2 000	0

ii) - Relação dos créditos obtidos durante o ano de 2012 e respectivas posições credoras à data de 31 de Dezembro de 2012:

	Data	Valor	Posição
Amorim Compcork, SA			
	14 Jun.	900	
	27 Jul.	700	
	26 Out.	350	610
Amorim Cork Research & Services, Lda.			
	26 Nov.	180	
	30 Nov.	40	0
Amorim Industrial Solutions - Imobiliária, SA			
	25 Jun.	2 660	2 660

Mozelos, 18 de Fevereiro de 2013

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 353.082 milhares de euros e um total de capital próprio de 236.622 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.511 milhares de euros), a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

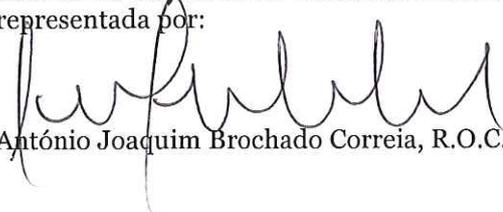
7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A em 31 de dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

4 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Nos termos da lei e do mandato conferido, submetemos à vossa apreciação o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

I - TRABALHO EFECTUADO

Ao longo do exercício de 2012 acompanhámos, com a periodicidade e a extensão considerada adequada, a actividade da Sociedade, tendo tido acesso a toda a documentação considerada necessária. Ao verificar a regularidade da escrituração contabilística, não tomámos conhecimento de qualquer violação à lei ou ao contrato de sociedade. Apreciámos também as Certificações Legais das Contas emitidas pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.. As citadas verificações abrangeram as contas sociais e as contas consolidadas da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A., ambas preparadas nos termos legais.

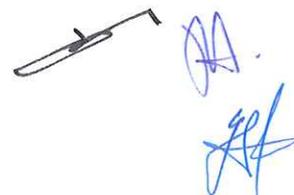
1

Executámos, nomeadamente, os seguintes procedimentos:

- acompanhamento da actividade da Sociedade, quer através de reuniões havidas com o Conselho de Administração, Comissão Executiva e outros responsáveis, quer através da consulta de actas relevantes, tendo solicitado e obtido os elementos e os esclarecimentos considerados necessários;
- apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade;
- análise do sistema de controlo interno em vigor na Sociedade;
- análise da informação financeira divulgada.

Realce para o importante e diligente contributo de toda a Organização - Conselho de Administração e Serviços -, que possibilitaram a este Conselho o cumprimento da sua missão de forma rigorosa e eficiente.

Realce também para o profissionalismo, a capacidade técnica e a competência com que a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., em particular o seu representante Sr. Dr. António Joaquim Brochado Correia, o órgão Revisor Oficial de Contas da Sociedade, e a sua Equipa desenvolveram ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.



II - CONCLUSÃO

No âmbito das nossas funções, verificámos:

- que a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e demais peças contabilísticas, bem como as respectivas notas explicativas, tanto das contas sociais como das contas consolidadas, foram preparados de acordo com as disposições legais;
- a adequação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados, os quais se encontram adequadamente expressos nas notas explicativas;
- que o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do Grupo, evidenciando os aspectos mais significativos;
- que a proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente fundamentada.

III - PARECER

Pelo que, com base nas informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e tendo em consideração as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

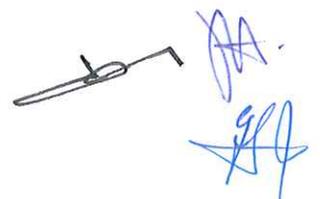
- i) seja aprovado o Relatório de Gestão da sociedade;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras da sociedade e as demonstrações financeiras consolidadas;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados

V - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, na qualidade de membros do Conselho Fiscal, declaramos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

Declaramos também que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo o referido relatório um capítulo especial onde se expõem os principais riscos e incertezas do negócio.

Atestamos ainda que o Relatório do Governo Societário, sobre a estrutura e práticas de governo societário da CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A., inclui os elementos referidos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.



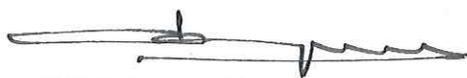
V - AGRADECIMENTO

Por último, uma palavra de apreço:

- ao Conselho de Administração, pela disponibilidade, cordialidade e transparência;
- à Organização, pela pronta disponibilização de todos os meios, humanos e materiais considerados necessários para a prossecução do nosso trabalho; e
- à PricewaterhouseCoopers e à sua Equipa pelo excelente desempenho, possibilitando a evidência pública dos elevados standards de controlo interno e de reporte financeiro que a CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A. consistentemente adopta.

Mozelos, 7 de Março de 2013

O CONSELHO FISCAL



Durval Ferreira Marques



Joaquim Alberto Hierro Lopes



Gustavo José de Noronha da Costa Fernandes